



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16-05-12

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a presença dos Vereadores Adilson Amadeu, Aníbal de Freitas, Donato, Atilio Francisco, Aurélio Miguel, Milton Leite, na Presidência da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos da 9ª audiência pública que esta comissão realiza, no ano de 2012, e a segunda, em complemento ao disposto no artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que, até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre.

Esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara - [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara e Auditórios On-Line.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Sr. Presidente, vou até o 8º andar, pois será aberta a CPI da Cantareira. Depois retornarei, após colocar a votos alguns requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Correto, nobre Vereador.

Solicito à Assessoria a lista das autoridades presentes.

As pessoas presentes poderão usar a palavra depois de fazerem suas inscrições, após ouvirmos o Sr. Secretário e os representantes da Secretaria Municipal das Finanças.

Estão suspensos os nossos trabalhos, para reordenarmos os locais de trabalho.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Sr. Secretário Municipal de Finanças está presente, mas a Assessoria não adentrou a este recinto. Isso prejudica os trabalhos. Peço a lista das autoridades presentes.

Vou suspender, novamente, os trabalhos, até que entre aqui o Sr. Mauro Ricardo.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Convido também o Sr. Fábio de Oliveira Santos, do Tribunal de Contas do município, representando o Tribunal, para acompanhar a audiência pública, ao lado do Sr. Secretário Municipal de Finanças.

Sr. Secretário, hoje a realização da audiência pública cumpre o disposto do artigo 9º. V.Exa. pode usar a palavra por até vinte minutos, na forma regimental, para melhor explanação da presente matéria. A audiência será regida, exatamente, até às 11h13. Às 11h14, encerrarei a reunião, considerando que às 11h15 é o horário limite para iniciarmos a reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento. Peço que V.Exa. sintetize, o máximo possível, visto que haverá perguntas depois de sua manifestação.

Agradeço a presença do Sr. Secretário; do Sr. Fábio, do Tribunal de Contas e do Sr. José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Primeiramente, saúdo o Vereador Milton Leite, Presidente desta comissão e o Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal. Falo da minha satisfação e alegria por estar aqui, apresentando o resultado do primeiro quadrimestre de 2012, cumprindo o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece a responsabilidade do Poder Executivo, ao fazer apresentação dos resultados e cumprimentos das metas fiscais estabelecidas para os quadrimestres. Vou falar do primeiro quadrimestre, que começou em janeiro e terminou no mês de abril.

Vou falar sobre o comportamento das receitas. Houve um crescimento real de nossas receitas em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, de 10,7%, em recente corrente de 6,3 e crescimento de 147%, aproximadamente, em receita de capital. No total, representou um crescimento de 10,7%. Há um crescimento significativo na receita de capital, proveniente do ingresso das operações urbanas na Água Espaiada, no valor de 662 milhões de reais no mês de abril. Isso é bem significativo em relação ao exercício de 2011.

Aqui há um detalhamento em relação às recentes correntes. Na receita tributária, houve um crescimento de 9,3%. Na receita de contribuição, houve um crescimento de 6,2%. Na receita patrimonial, o crescimento foi maior, com mais de 35%, proveniente da receita oriunda de aplicações financeiras de operações urbanas, disponibilizadas no caixa da

Prefeitura. Os fundos, como Fundip, FMAS e Fundo Municipal de Trânsito, são receitas que estão disponibilizadas para gastos na Prefeitura.

A receita de serviços decresceu um pouco, porque as transferências da União para a remuneração de serviços prestados pelo SUS do município decresceu, em 2012, em relação a 2011. Estamos verificando a causa desse decréscimo ou dessa transferência no primeiro quadrimestre. Quanto às receitas de transferência, houve um pequeno decréscimo, basicamente por conta do PAC da União, de uma menor transferência em 2012 em relação a 2011, por conta das obras de Heliópolis.

Em outras receitas correntes, houve também um grande crescimento, oriundo das receitas provenientes do Programa de Parcelamento Incentivado e do Programa de Parcelamento Administrativo. Houve um crescimento significativo em relação a 2011, porque, no primeiro quadrimestre desse mesmo ano, ainda não estava em vigor o Programa de Parcelamento Incentivado.

Quanto à composição da receita corrente, vemos que mais de 50% representa a receita tributária e 37%, transferências, grande parte proveniente de transferências oriundas da quota parte do ICMS e da quota parte do IPVA.

Com relação às principais receitas correntes, há o IPTU, com crescimento de 7,3%. Quanto ao ISS, houve um crescimento real de 11,1% em relação ao ano passado. Houve também o crescimento do ITBI, na ordem de 12,5%. Nesse ano, há algo diferente em relação ao exercício de 2011. Como já dissemos, no ano passado, na tramitação de um projeto de lei extremamente importante, aprovado nesta Casa, há disponibilização dos depósitos judiciais, com 70% deles para serem utilizados pela Prefeitura em projetos importantes, em especial, no que se refere a pagamento de precatórios. Esse projeto foi aprovado, no ano passado, e, neste ano, já estamos contabilizando receitas provenientes desses depósitos judiciais.

Em relação ao IPTU, ISS e ITBI, já contabilizamos, nos meses de março e abril, 147 milhões de reais, oriundos de depósitos judiciais. Setenta por cento deles já foram

contabilizados no primeiro quadrimestre. Isso contribuiu para que a receita de 2012 incrementasse nesses percentuais em relação a 2011.

O fundo de participação do município é oriundo de receitas provenientes do Imposto de Renda e do IPI. Houve um decréscimo significativo de 11,1%, por conta da redução da participação do município no total das receitas transferidas no fundo de participação. Tal fundo leva em consideração a população do município de São Paulo e também o inverso da renda *per capita*. A renda *per capita* do município de São Paulo cresceu em percentual maior do que o crescimento da renda *per capita* nacional. O produto gerado, no município de São Paulo, foi maior do que o produto gerado, proporcionalmente à população em relação ao Brasil. Isso, logicamente, levou redução da nossa participação no fundo de participação dos municípios. Esse dado é insignificativo, perto da receita do município, que a União transfere, relativo ao fundo de participação. Isso corresponde a 0,25% do que é transferido para os municípios. Isso corresponde a uma receita de, aproximadamente, 160 milhões de reais. Para um orçamento de 38 bilhões de reais, 160 milhões de reais é nada.

É importante ressaltarmos que a União arrecada, proveniente de recolhimentos efetuados por empresas instaladas, algo em torno de 143 bilhões de reais. Esse montante é arrecadado aqui e transferido a título de fundo de participação. Apenas, por ano, o valor é em torno de 160 milhões de reais.

Quanto à participação do ICMS, houve um crescimento muito pequeno, em torno de 0,4% em relação ao ano passado. Quanto o IPVA foi em torno de 1,9%. Vinte e cinco por cento da arrecadação do ICMS é distribuído entre todos os municípios. Cabe ao município de São Paulo algo em torno de 6% da arrecadação total de ICMS e 50% da arrecadação do IPVA de veículos emplacados.

Aqui estão o comportamento da receita do ITBI, do ISS e do IPTU e os percentuais reais de crescimento.

As principais transferências são do ICMS e do IPVA. Quanto ao ICMS, houve quase

2 bilhões de reais transferidos em 2012.

Aqui estão as transferências oriundas do Fundeb, composto por recursos do município, do Estado e do Governo Federal. O município coloca 1 real e retira 1,33 real dos recursos depositados no Fundeb. Recursos são depositados no Fundeb, repito, e sacados de acordo com as matrículas escolares, em primeiro grau, em creche, etc.

Observamos aqui uma redução real em 2012 em relação a 2011, de 1,7%. Ao verificarmos a causa disso, observamos que, em 2012, o número de alunos registrados, no Fundeb, foi menor do que os alunos registrados em 2011. Estamos em contato com o Governo Federal e a Secretaria Municipal de Educação, para verificarmos o que está ocorrendo. Não há lógica uma redução do número de matrículas em 2012 comparando com o ano de 2011.

Com relação às receitas de capital, houve um crescimento de 147%. Basicamente, tal crescimento justifica-se pelo ingresso de 662 milhões de reais, oriundos das operações urbanas, com venda de Cepacs. Cento e sessenta e dois ingressaram nos cofres da Prefeitura e estão aguardando a sua aplicação em obras vinculadas à Operação Urbana Água Espriada.

Aqui está a composição das demais receitas, num percentual de 85%. Aqui estão as transferências de capital de 14%.

Aqui está o comportamento das nossas receitas próprias em relação às receitas do Estado de São Paulo e da União. As nossas receitas, no primeiro trimestre, crescem em percentuais acima das receitas próprias, receitas tributárias do que as receitas do Estado e da União. O ISS, o IPTU e o ITBI crescem 7,2%, enquanto os tributos administrados pelo Estado crescem a 2,2%. Os tributos administrados pela União crescem a um percentual real de 4,5% no primeiro trimestre. O comportamento da receita tributária do município é muito boa em relação ao comportamento da receita tributária do Estado e da receita tributária da União. Os nossos problemas são quando começamos a comparar isso com a receita prevista no orçamento de 2012. O comportamento da receita tributária foi de 7,2%; do Estado foi de 2,2% e da União, 4,5%.

Com relação a despesas, houve um crescimento na ordem de quase 11%. A despesa de capital cresce a 30% e a despesa corrente cresce a 8,3%. Há aí um crescimento em torno de 11% contra um crescimento de receita também, praticamente, na mesma ordem, de 10,7% contra 10,9% no primeiro quadrimestre de 2012.

Quanto ao pessoal e encargos sociais, houve um crescimento real de 6% e um crescimento nominal de 12%. Isso foi proveniente dos aumentos salariais dados no exercício de 2011, com impacto no exercício de 2012. Um deles está relacionado à área de Educação e à área de Saúde. Quanto a juros e encargos da dívida, houve um pequena decréscimo, por conta da evolução do GPDI de um quadrimestre em relação a outro.

Em outras despesas correntes, houve um crescimento real na ordem de 15,2%. Isso nos preocupa.

Com relação às despesas de capital, o investimento cresceu, significativamente, de 53% em relação ao ano passado. Quanto às inversões financeiras, houve um crescimento de 47%. Quanto à amortização da dívida, houve um crescimento em torno de 20%. As despesas de capital crescem, nominalmente, quase 38%, e, a nível real, quase 31%. O crescimento das receitas de capital tem sido aplicado nas despesas de capital.

Quanto aos maiores investimentos que temos feito, o primeiro é pagamento das decisões judiciais, oriundas de desapropriações feitas no passado. Cabe efetuarmos agora o pagamento de tais decisões. Quanto ao pagamento relativo às operações urbanas, o valor de 86 milhões de reais. Quanto à urbanização de favelas, foi 82%; quanto a recapeamento, 56%; quanto ao programa de mananciais, 45% e quanto à Educação e Saúde, 45%. Houve 567 milhões de reais investidos no primeiro quadrimestre de 2012.

Esse quadro mostra um pouco o engessamento que hoje existe na administração pública municipal, no que se refere à disponibilização de recursos. Para cada cem reais de recursos que hoje são arrecadados pelo município, arrecadação própria ou transferidos basicamente pelo Governo do Estado, oriundos do IPVA e do ICMS, são aplicados dessa

forma. De cada cem reais, 55 são, obrigatoriamente, transferidos para as áreas de Educação, Saúde, Pasep, precatórios, pagamento de dívidas, pessoal e encargos sociais. Para cada cem reais arrecadados, são disponibilizados, efetivamente, uma parte, para que o Sr. Prefeito defina a melhor forma de aplicação, apenas seis reais, ou seja, 6% do que é arrecadado de tributos próprios mais transferências oriundas de tributos estaduais ficam a critério do prefeito definir sua forma de aplicação. Não só do prefeito, logicamente, mas do parlamento definir sua forma de aplicação, lembrando bem que nesses seis reais temos de pagar a limpeza da cidade, zeladoria, limpeza, conservação, iluminação pública, transporte, etc...A disponibilidade de recursos para investimentos é muito pequena em face hoje das vinculações constitucionais e das obrigações legais estabelecidas.

Ao que se refere aos resultados são esses apresentados. As receitas crescem dessa forma e as despesas liquidadas até o primeiro quadrimestre chegou ao montante de 8.7 bilhões de reais. No que se refere ao resultado orçamentário, compara a receita arrecadada no trimestre contra despesa liquidada neste mesmo quadrimestre. Então a receita realizada de 13.3 bilhões de reais, contra uma despesa de 9.175, ou seja, um resultado orçamentário no primeiro quadrimestre de 4 bilhões de reais. Mas é importante compararmos essa receita com o que está de fato hoje empenhado no orçamento, não só o que está liquidado, mas o que está comprometido, empenhando aquilo que está comprometido. Temos comprometido no orçamento em torno de 15 bilhões de reais, contra 13 bilhões realizados até agora, ou seja, ainda temos de correr atrás. Se compararmos apenas o que está hoje comprometido com mais dois bilhões de reais, que ainda precisa ingressar no caixa, apenas para pagamento das despesas hoje empenhadas. Fora as que serão empenhadas ao longo do exercício.

**O SR. DONATO** – Possivelmente existem empenhos até o final do ano?

**O SR. SECRETÁRIO** – Em alguma parte de pessoal com certeza. Parte de corrente e capital.

**O SR. DONATO** – Não é só no quadrimestre?



**O SR. SECRETÁRIO** – Não. Por isso que está maior. Se fosse até agora estaria com um déficit orçamentário nesse exercício. Aqui é uma comparação que estamos fazendo em relação ao que está orçado. Às vezes quando comparamos com o quadrimestre anterior vê o crescimento significativo, mas é importante que olhemos o orçamento, aquilo que foi aprovado por essa Casa e o que de fato está realizado até o mês de abril de 2012. O comportamento das receitas correntes, temos em torno de 36% do que foi orçado já foi realizado no primeiro quadrimestre, lembrando bem que nesse primeiro quadrimestre temos receitas extraordinárias, como aquelas provenientes do IPVA, 50% da receita da receita do IPVA pertence ao Município e 80% dela é arrecada nos primeiros três meses do exercício: janeiro, fevereiro e março. Temos aí um crescimento significativo da receita do IPVA nesse primeiro quadrimestre, que se comparado com o que está orçado, logicamente dá um percentual de realização significativa. A mesma coisa em relação ao IPTU. 25% aproximadamente do IPTU é pago a vista, isso impacta na arrecadação do primeiro quadrimestre. Por isso que podemos observar que as receitas de impostos, arrecadamos algo em torno de 38% do que está orçado. Isso aqui vai se comportar até o final do exercício como falei anteriormente, que essas receitas são classificadas aqui e tem fatores sazonais que levam a sua maior realização no primeiro quadrimestre. Receitas de contribuição 34 patrimonial, receitas de serviços, receitas correntes e outras. Temos aí um percentual de realização de 36% basicamente por conta de antecipações tanto de IPVA, quanto do IPTU senão teríamos aqui aproximadamente 30, 33% de realização que está adequado a previsão orçamentária.

Nas receitas de capital é o nosso grande problema: as operações de crédito no primeiro quadrimestre, ainda não tinha entrado nada relativas a operações de crédito, nós orçamos 109 e nada ainda entrou. Agora no mês de abril, tivemos o primeiro ingresso da ordem de 17 milhões de reais oriundos da operação do BID centro.

Alienação de bens, temos 1 bilhão e 400 programados, até agora entrou apenas 2 milhões de reais. Aqui são recursos provenientes de antecipação de recebíveis do PPI, de

recebíveis da Sabesp e também de emendas parlamentares que foram feitas aumentando essa receita proveniente de alienação de bens que infelizmente ainda não se concretizaram. Amortização de empréstimos apenas cinco se concretizaram, transferência de capital, transferências previstas no orçamento oriundas de transferências do PAC do governo federal que ainda não ingressou e transferências oriundas do Governo do Estado que ainda não ingressaram nesse primeiro quadrimestre na expectativa que isso de fato possa ingressar e que possamos fazer os investimentos que estão consignados no orçamento considerando essas fontes de receitas. Outras receitas de capital, temos um bilhão e 100, basicamente de operações urbanas já concretizou 750 em 4 milhões de reais. Quais são os nossos problemas em relação a receita? Temos problemas em relação ao ICMS que não está se concretizando na forma como está previsto no orçamento, um crescimento muito pequeno de apenas de apenas 02 ou 04%, além disso, foram feitas emendas parlamentares, aumentando esse valor em mais 240, mais 300 milhões de reais que infelizmente não se concretizará e também em relação a alienação de bens e transferências de capital, principalmente, da União em face da frustração até o mês de abril.

Então são essas as nossas preocupações para poder alcançar esse orçamento de 38 bilhões de reais. Em face disso o que fizemos contingenciamos parte das despesas até que nós possamos ter convicção de que esses recursos de fato possam ingressar no caixa da Prefeitura do Município de São Paulo.

Com relação a resultados primários que mede as receitas e as despesas não financeiras. Tivemos uma meta de 1 bilhão e 400, resultado primário de cinco bilhões de reais, ou negativo de 57 milhões de reais se comparado com a despesa empenhada.

Aqui a meta um 1 bilhão e 400, em relação a despesa liquidada 5 bilhões e 100. Resultado primário comparando diversos exercícios, estamos com ótimo resultado primário. Resultado nominal médio, o crescimento da dívida nesse primeiro quadrimestre se comparado com o final do ano passado, quadrimestre anterior. A nossa dívida fiscal líquida é de 57.781, e

ela diminuiu para 57.086, ou seja, tivemos um superávit nominal de 695 milhões de reais de 2012 em relação a 2011, ou seja, com seguimos, nesse primeiro quadrimestre reduzir a dívida.

Não é essa a nossa expectativa até o final do exercício em face dos indexadores estabelecidos para a nossa dívida que é o IGPDÍ mais 9.

A nossa expectativa é que essa dívida nossa cresça em relação ao ano passado algo em torno de 15%. É algo que de fato estamos fazendo gestões junto ao Governo Federal, tentando sensibilizá-lo para a necessidade de se fazer uma renegociação dessa dívida.

Temos uma dívida significativa que é, na forma em que está contratada atualmente, impagável. Para os senhores terem ideia, o ano passado pagamos 3 bilhões de reais da dívida e nosso saldo devedor aumentou em mais 4 bilhões.

Mostrarei a seguir, nesse primeiro quadrimestre, qual é a situação da dívida.

Próximo slide.

Essa é a meta, ou seja, da LDO e a nossa dívida está nessa situação. O resultado nominal é *superávit* de 695 milhões. Quando o resultado nominal é negativo significa que há um *superávit* nominal. Isso significa que conseguimos reduzir a dívida em relação ao ano anterior.

Saldo que resta a pagar: temos 2 bilhões. Escrevemos no final de 2011 os 2 bilhões de reais, já pagamos 1,4 bilhão. Foram cancelados em torno de 300 e tem um saldo a pagar de 296, quase 300 milhões de reais a ser executado.

Próximo.

Dívida e limites. Despesa de pessoal, o limite máximo é 60 e estamos na faixa dos 33.5% de gastos com pessoal.

Limites de garantia, limite estabelecido na legislação de 22, estamos em 0 e 14; de operações crédito em 16, não fizemos qualquer operação de crédito; de antecipação de receita, de 7, também não fizemos qualquer tipo de antecipação de receita.

Próximo, por favor.

A dívida consolidada líquida da União, geral do Município, desculpem, é da ordem de 57 bilhões de reais. Esta dívida, segundo a legislação, deveria estar numa trajetória que em 2016 alcançasse 1.2 – um ponto duas vezes – a receita corrente líquida, ou seja, em 2016, deveria estar em 36 bilhões de reais e tem uma trajetória: essa trajetória levaria a dívida a 41 bilhões de reais, em 2016 a 36, ou seja, ela está em 57, deveria estar hoje em 451 e, em 2016, deverá estar em 36. Para que isso pudesse ocorrer, a Prefeitura teria de fazer uma amortização dessa dívida de 15 bilhões para poder chegar aos 41. Ou ainda de 21 bilhões de reais para chegar aos 36.

É impossível retirar do Orçamento da Prefeitura. Num Orçamento de 38 bilhões de reais com todas as vinculações que citei anteriormente, como 31% da Educação; 20% da Saúde e tal, se for retirado isso daí, significa que não será cumprida a Constituição, ou seja, não se aplicará 31% em Saúde, 20% em Educação, nada disso, ou seja, você vai usar os recursos para poder pagar a dívida.

Se pagar 21 bilhões de reais, não tem dinheiro nem para pagar o funcionalismo, pois é mais do que esse valor estabelecido.

Essa é a situação.

Vamos para o próximo slide.

A trajetória, como falei anteriormente, deveria estar em 1.20 e a nossa situação, hoje, é de 191. Chegamos a 200, cerca de 245, e hoje estamos em 241.

Seguinte, por favor.

Essa é a situação no primeiro quadrimestre. A dívida com o Tesouro Nacional é de 48 bilhões de reais. Já pagamos, nesse primeiro quadrimestre, 936 e aumentou o saldo devedor em 900. É uma dívida interessante, pois pagamos quase 1 bilhão por saldo devedor, ou seja, deveríamos estar pagando isso – 2 bilhões de reais – pagamos 936 e o restante foi para o saldo devedor.

Então se nada for feito essa dívida termina em 2030. Teremos pago

aproximadamente 170 bilhões de reais. Contratamos 10, mas deveremos ter pago até 2030 os 170 bilhões de reais e estaremos devendo 230 bilhões de reais em 2030. Essa é a situação atual, estabelecida nesse contrato com o Governo Federal.

Próximo, por favor.

Aí está a dívida conforme ela foi contratada: 11.3. Já pagamos 17 e devemos 48. Esta relação, até 2030, teremos pago 170 e estaremos devendo 230.

Seguinte.

Essa é a evolução da dívida ao longo do tempo. O problema aqui é o indexador e os juros. O indexador é o IGP-DI e tem mais juros de 9%. Este ano a soma desses dois números deve levar a uma correção da dívida da ordem de 15%.

Próximo, por favor.

São os desafios que temos pela frente.

Ampliar a capacidade plena de investimento da Prefeitura, com recursos próprios de terceiros, quer dizer, é importante que alavancuemos recursos de terceiros para fazer investimentos, sejam eles recursos oriundos de operações de crédito, PPPs etc.

Para isso acontecer é extremamente importante que haja a renegociação da dívida junto ao Governo Federal para criar espaço para que o Município possa entrar de fato numa trajetória que lhe permita honrar a dívida sem comprometer as despesas essenciais com Educação, Saúde e Assistência Social.

A melhoria do gasto, logicamente, investir mais do que estamos investindo, para daí equacionar outro problema sério que é com relação ao sistema de previdência próprio do Município, o qual gera déficits anuais significativos. Já fizemos muito, mas muito mais precisa ser feito para que aumentemos significativamente o nível de investimentos da Prefeitura.

São essas as minhas observações e permaneço à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Encerrada a explanação do Sr. Secretário,

farei algumas perguntas, lembrando que há ainda três inscritos, mas saliento que nosso tempo é curto. Posso falar ou o nobre Vereador Donato prefere intervir brevemente? (Pausa).

Então faço as perguntas e, obviamente, os três inscritos também farão uso da palavra.

Sr. Secretário, observei os principais programas da Cidade. Acesso ao gradil (?) são 82 milhões; recapeamento 56 milhões; mananciais 41 milhões. São programas importantes para o Município.

V.Exa. pretende investir mais recursos do que esses apresentados para os três programas citados? Com esse comportamento de receita?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** - Sim, o que está previsto no Orçamento: os recursos aos mananciais são basicamente os que são aplicados oriundos da Operação feita – aliás com sua grande participação na discussão do contrato de concessão

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Desculpe se interrompo, mas me permita dizer que me orgulho de – indo eu para os 16 anos de Câmara – conseguir um contrato contra o Governo do Estado de 16 bilhões de reais. Foi uma votação unânime nesta Casa. Foi a maior vitória do meu mandato parlamentar trazer do Governo do Estado, da Sabesp, 16 bilhões de reais que não tínhamos.

Se eu não fizesse mais nenhum projeto de lei na vida, nesses 16 anos, estaria satisfeito com essa única vitória pela qual tive um empenho enorme. E V.Exa. estava do outro lado: no Governo do Estado, foi duro na negociação, mas acabou por entender. Obrigado.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** - Então os recursos a serem aplicados em habitação, saneamento, são oriundos exatamente desta receita em contrato de concessão com a Sabesp que a obriga a transferir ao Município 7,5% da receita auferida na própria Cidade para aplicar no Fundo Municipal de Saneamento.

Estamos prevendo, este ano, algo da ordem de 320 milhões de reais desta receita, estamos também prevendo no Orçamento a possibilidade de fazer uma antecipação de

recebíveis futuros, para antecipar investimentos neste ano.

Esperamos que esta operação se concretize, que possamos a partir daí investir neste ano algo em torno de 620 milhões de reais em habitação e saneamento, agregado ao projeto de habitação. Ou seja, crescendo significativamente a aplicação inicialmente estabelecida neste primeiro quadrimestre.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Tenho outras dúvidas, Secretário, mas o tempo é exíguo. Sei que o senhor vai continuar investindo em recapeamento, moradia, dentro do possível e na medida do comportamento. Outras questões eu farei, por escrito.

Indago ao Vereador Donato se permite que os três inscritos façam as perguntas. Pode ser?

Vou reduzir o tempo da Sônia Barbosa, da Gissilene e do Benedito de Oliveira para um minuto.

**A SRA. SÔNIA BARBOSA** – Muito obrigada, Vereador, eu pedi a palavra porque vou repetir o que falei para o senhor entre uma audiência e outra. Gostaria que ficasse marcado o que lhe falei.

Na audiência pública anterior os Vereadores tiveram muito mais tempo para falar do que o próprio Secretário de Finanças. Foi ou não foi? Exato.

O senhor me falou que tinha de cumprir o Regimento. Peguei o Regimento para ler, e vi que o Secretário teria 20 minutos para falar e cada vereador apenas três minutos, cada um. Mas não foi isso que aconteceu. Agora, de novo.

Mas agora está correto, porque o Secretário levou 35 minutos para falar. Ele começou às 10h30, por isso está apertado o tempo.

Nós, a população que somos da audiência pública, teremos menos de cinco minutos para falar. (Palmas) Era isso que eu queria deixar registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Como a senhora observou, cumpri o Regimento. A demanda é que os Vereadores podem pedir três minutos aditados, se necessário

for. Na audiência pública a que a senhora se refere, quem presidia era o Vereador Atílio, naquele momento, para quem transmiti a presidência. Eu não estava presente, cheguei ao final para cumprir os horários de transição entre as duas audiências públicas.

Peço para fazer esse debate numa próxima, porque às 11h15 tenho de encerrar.

**A SRA. GISSILENE** – Sr. Secretário.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI** – Pela ordem, Presidente. Antes do pronunciamento da senhora, como membro da douta Comissão, sugiro a V.Exa. que retarde a abertura da próxima reunião para dar mais 20 minutos quem sabe para a população presente. De fato é pouco tempo utilizado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - É que temos horário reservado para audiência da sessão ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, tenho um tempo impreterível de tolerância, segundo o Regimento, de 15 minutos. Sou escravo do Regimento.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI** – Pois não, era uma questão de ordem apenas.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRA. GISSILENE** – Sr. Secretário, particularmente fico feliz com seu retorno. Sou funcionária desde 98, não pude deixar de observar nas apresentações que todos os indicativos são positivos, o que é bom para o Município.

Porém, desde 2003, no final da gestão anterior, o indicativo de reajuste do funcionário em geral, exceto a Saúde e a Educação, é de 0,01%.

Eu gostaria de entender melhor.

**O SR. BENEDITO DE OLIVEIRA** - Secretário Mauro Ricardo, bom dia. O que estamos percebendo é que essa dívida foi negociada na gestão do Pitta. Na gestão da Marta, do Serra-Kassab e do Kassab é que vão pagar a conta de todas as gestões anteriores.

A Marta não conseguiu fazer o aporte de 20% que, na época, o Orçamento estava muito apertado, realmente. Agora, do jeito que está, é igual a nossa conta corrente, cheque especial, cartão de crédito, ou seja, nunca vamos pagar isso.



O que a Prefeitura está fazendo de fato, Secretário, com esse dinheiro que está em caixa? Está renegociando com o Governo Federal para poder fazer um aporte agora e voltar aos juros de 6%? Ou vamos pagar os 9% *ad eternum*?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Neste momento passo a Presidência para o Vice-Presidente, o Vereador Aurélio Miguel, para que dê prosseguimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** - Peço que o Secretário respondesse às intervenções.

**O SR. ADILSON AMADEU** - Pela ordem, Presidente.

Estou presente, bom dia. Estive ausente, voltei agora e gostaria de cumprimentar o Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** - Tenho uma curiosidade: por que todos os anos vocês colocam vendas de bens. Está lá 1.300 bilhão, só cumpriu 0,01. Parece o salário dos funcionários públicos que só aumenta essa vergonha de 0,01%. É para poder investir, como diz o Vereador Donato, fazer uma peça fictícia para ter um recurso maior para investir mais em outras áreas?

Por que em todos os anos observo que, por exemplo, tem 1.300 bilhão recebíveis de venda de bens e só executou 0,01%?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Respondendo às perguntas dos inscritos, Sr. Presidente, primeiramente é preciso deixar bem claro que vários reajustes salariais foram efetuados beneficiando o funcionalismo público municipal.

Se a gente observar qual era a despesa realizada em 2004, quanto é a despesa realizada hoje, em 2011, e a prevista, para 2012, veremos que há um crescimento real da ordem de 85-86%. Significou reajuste e reorganização de diversas carreiras.

O reajuste informado de 0,01% apenas são reajustes gerais dados a todo funcionalismo. Cada categoria de servidores teve reajustes específicos nas suas gratificações ou na sua remuneração básica, de tal forma que aumentou a remuneração total de todos os

servidores da Prefeitura.

A gente não pode confundir reajuste geral com reajustes específicos que são feitos, de tal forma que possamos reorganizar as diversas carreiras do funcionalismo público municipal.

No que se refere à questão da dívida, estamos hoje em processo de negociação com o Governo Federal. Não só nós, mas também os governos estaduais e vários governos municipais, mostrando que é incompatível. Temos uma dívida hoje que cresce, ou crescerá, na ordem de 15% e temos as que estão atreladas a título do Tesouro Nacional que são remunerados com Selic, hoje da ordem de 9%.

É algo que mostra uma incompatibilidade. Uma negociação que foi feita lá em 2000 para beneficiar os municípios, ou seja, o Governo Federal daria um subsídio ao município, hoje estamos observando exatamente o contrário.

O Governo Federal renegociou essa dívida, emitiu títulos, auferiu receita e pagou a dívida juntos aos credores, e ficou devendo títulos do Governo Federal com remuneração pela Selic, ou seja, paga a Selic e cobra do Município IGP-DI mais 9%; paga 9% e recebe do Município 15%.

Então é algo que, hoje, mostra um *spread*, um lucro contábil em favor do Governo Federal da ordem de aproximadamente 17 bilhões de reais. Desses 48 bilhões de reais, 17 bilhões de reais é o que a dívida do Município cresceu além da variação da Selic no período de 2000 até 2011.

Mas já existe uma conscientização em relação a isso, e a expectativa é de que o Governo Federal sensibilize-se e que possamos trazer a essa dívida as reais possibilidades de pagamento do Município, sem ganhos nem para o Governo Federal nem para o Município.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – Neste momento, suspenderíamos os trabalhos para a realização da reunião ordinária da Comissão de Finanças. Porém, daremos continuidade a esta audiência, porque me parece que o Prefeito Kassab deve ter ligado nesta

Casa e esvaziou a Comissão.

No momento, estão presentes apenas três Srs. Vereadores. E estava em pauta hoje aqui requerimento do Vereador Donato para convidar o Secretário da Habitação, Sr. Ricardo Pereira Leite; e o ex-Secretário de Habitação, atualmente Secretário de Controle Urbano, Sr. Orlando de Almeida Filho, para esclarecerem esses escândalos que estão havendo, que nós já sabíamos que existia algo errado pois não recebemos nenhuma informação ano passado na Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, em virtude de não haver quórum na abertura da nossa reunião ordinária, daremos prosseguimento à audiência.

**O SR. DONATO** – Além desses requerimentos, que todos estão acompanhando nos jornais, do Diretor de Aprov, que me parece ser só a ponta do iceberg, houve também a convocação do responsável da Virada Cultural e de duas empresas que foram denunciadas sobre procedimentos irregulares na contratação das empresas. Mas, infelizmente, embora seja maioria na Comissão, a situação poderia fazer o debate, pois são cinco Srs. Vereadores da situação e quatro da oposição, que nos abandonaram. Então, não há quórum para abrir a Comissão de Finanças, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – Então, daremos continuidade à audiência pública. Não vou interromper os trabalhos pois não há quórum para abrir a sessão ordinária da Comissão.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Os Srs. Vereadores da oposição poderão falar, é uma oposição muito clara e transparente, porque esse é o pior Prefeito que tivemos na cidade de São Paulo e ele passa com o trator em cima daqueles que realmente querem trabalhar nesta Casa. Ele tem a maioria, então, num jogo de cena ele tira as pessoas rapidamente, por um telefonema, e as coisas não andam.

Mas continuaremos falando na tribuna, vamos andar pelas ruas de São Paulo mostrando quem é o Prefeito Gilberto Kassab, o pior Prefeito que esta cidade já teve; não

haverá pior, se Deus quiser. E quero viver para vê-lo pagar algumas coisas, porque agora ele fica jogando os funcionários públicos na rede e quer sair como bonzinho. Não sairá como bonzinho, porque ele tem muito a pagar nesta cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – Devolvo a palavra ao Sr. Secretário. Não sei se ele já respondeu todas as indagações aqui.

**O SR. SECRETÁRIO** – Com relação à questão do senhor no que se refere à alienação de imóveis, o que compõe esse 1,3 bilhão de reais? Os 500 milhões de reais são de operação de recebíveis do Programa de Parcelamento Incentivado, que está hoje em fase de estruturação dessa operação, lei aprovada aqui nesta Casa no ano passado. Os 300 milhões de reais são oriundos da alienação de recebíveis da Sabesp. Essas duas operações estão em fase adiantada com grande probabilidade de ocorrer ainda nesse exercício.

Outros 200 milhões de reais são oriundos de indenização que o Estado faria ao Município por conta dos investimentos feitos no passado no que se refere à área de informática, de tecnologia da informação, para a construção do Bilhete Único. Hoje o Estado está debatendo uma licitação para a contratação de uma *clearing* que fará toda a administração do Bilhete Único da região metropolitana, e o Estado indenizará a Prefeitura pelos investimentos que foram feitos no passado em relação a isso.

Os 120 milhões de reais foram oriundos da proposta orçamentária apresentada pela Prefeitura de alienação de imóveis, que hoje está em processo de elaboração. E mais de 200 milhões de reais são oriundos de emendas feitas aqui neste Parlamento, que esperamos que possam ser concretizadas.

Então, de alienação de imóveis, são 340 milhões de reais. O restante é de alienação de recebíveis, que estão em processo de estruturação.

**O SR. DONATO** – Sr. Secretário, ano passado, votou-se aqui a autorização para a venda de vários terrenos, e o que foi divulgado na época é que seriam em troca de creches. Eles serão em troca de creches ou entram nessa conta como receita da Prefeitura?

**O SR. SECRETÁRIO** – A expectativa é de que possamos usar esses terrenos, se eles vierem de fato a serem alienados, para atendimento das receitas prevista no orçamento, não para troca, por creches.

**O SR. DONATO** – Então, serão leiloados e vendidos?

**O SR. SECRETÁRIO** – Se a Prefeitura vier a cumprir o que está estabelecido, ou seja, executar aquela autorização estabelecida pelo Parlamento, não o fará em troca de creches, os recursos serão ingressados...

**O SR. DONATO** – O grande argumento aqui é que seria em troca de creches.

**O SR. SECRETÁRIO** – Mas hoje não há essa intenção da Prefeitura de fazer a troca por creches.

**O SR. DONATO** – Mudou de ideia.

**O SR. SECRETÁRIO** – Esperamos que essa receita possa ser auferida pela Prefeitura para cumprimento dos 350 milhões de reais previstos no orçamento.

**O SR. DONATO** – Obrigatoriamente, 31% que tem de entrar no cômputo da educação.

**O SR. SECRETÁRIO** – Esse não entra no cômputo da educação, porque não é receita tributária.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – Outro questionamento, Sr. Secretário: o Rio de Janeiro fez um acordo com o Governo Federal agora. Não daria para seguirmos o mesmo caminho?

**O SR. SECRETÁRIO** – O problema do Rio de Janeiro é diferente em relação ao Governo do Estado, cuja dívida em relação à receita é muito maior, o saldo devedor é de 48 bilhões de reais em 31/12/2011. Se você tiver de amortizar 20% disso, significa que terá de tirar do orçamento algo em torno de 10 bilhões de reais para fazer a amortização dos 20%. Impossível isso ser realizado sem tirar 20%.

Além disso, se observarmos, de 2000 a 2011, tivemos um *spread* em favor do

Governo Federal da ordem de 17 bilhões de reais, ou seja, nossa dívida cresceu mais do que a variação da Selic em 17 bilhões de reais. E não queremos ganhadores ou perdedores nesse processo, é preciso expurgar desse saldo devedor os 17 bilhões de reais. Os senhores não pagaram para o privado mais de 17 bilhões de reais.

**O SR. DONATO** – Sr. Secretário, corrija-me se eu estiver enganado, por favor. No Rio de Janeiro, eles tiveram uma autorização para um empréstimo externo a fim de abater os 20% e reduzir os juros?

**O SR. SECRETÁRIO** – Isso.

**O SR. DONATO** – Essa operação seria possível aqui?

**O SR. SECRETÁRIO** – Se fosse repetir essa operação aqui, teria de pegar 10 bilhões de reais no mercado. Nem Governo Federal consegue uma operação de crédito de 10 bilhões de reais.

—————  
Mas suponhamos que o Município de São Paulo conseguisse estruturar uma operação de 10 bilhões de reais, conseguisse alguém do mercado privado que emprestasse 10 bilhões de reais e conseguisse autorização do Senado, inclusive, para fazer uma operação de 10 bilhões, o que aconteceria? Reduziria a dívida de 48 bilhões de reais para 38 bilhões de reais.

Você continuará pagando, obtendo o mesmo reembolso de hoje, limitado nos 13%, ou seja, continuará pagando a mesma coisa. Esses 13% também não serão suficientes para você pagar o que deveria, então continuará gerando resíduo, que será incorporado ao saldo devedor. Então, o que acontecerá com o Município? Vai pagar 13%, mais uma operação de crédito de 10 bilhões de reais, que será paga em 30 anos. Assim, o desembolso que o Município fará será muito maior do que ele tem hoje.

**O SR. DONATO** – Então, em curto prazo, é inviável?

**O SR. SECRETÁRIO** – Isso, ao longo de muitos anos. Porque hoje nós temos o limitador de pagar só 13% ao Governo Federal. Essa outra operação de crédito estará fora

desse limite de 13%. Então, além dos 13% que teremos de pagar, não conseguiremos abater o saldo devedor porque continuará gerando resíduo na dívida de 38 bilhões de reais.

**O SR. DONATO** – Mas o Rio de Janeiro fez essa operação.

**O SR. SECRETÁRIO** – Fez porque a dívida dele em relação à receita era muito menor. Então, ele podia fazer isso porque não estava gerando resíduo da dívida.

**O SR. DONATO** – Mas ele recalculou a dívida com os novos parâmetros?

**O SR. SECRETÁRIO** – Não. Só daqui para frente. Se puder fazer para trás, interessa o Município, assim expurga esses 17 bilhões de reais, porque o IGP-DI mais 6%, e não mais 9%, é exatamente igual a Selic.

O Governo Federal deu-nos a oportunidade de fazer aquilo que foi permitido em 2002, ou seja, de amortizar 20% da dívida, mas calculada com IGP-DI mais 6%. O não pagamento naquela época fez a dívida subir para o IGP-DI mais 9%, retroagindo, para prejudicar.

E agora estamos dizendo ao Governo Federal: retroagem é para beneficiar, e vamos tentar fazer essa amortização, porque essa dívida de 48 bilhões abaixa para 30 bilhões. E baixando para 30 bilhões, você consegue fazer uma operação de crédito de 6 bilhões e baixa a dívida para 24 bilhões. Isso gerará uma prestação mensal ou anual menor do que hoje nós pagamos, então tem espaço para essa nova operação de crédito de 6 bilhões, significa que você abrirá espaço em relação ao orçamento atual e a dívida entra numa trajetória que, de fato, possa ser honrada em 2030. Estamos pedindo ao Governo Federal: Dê a nós a mesma oportunidade que foi feita lá atrás, abra possibilidade de amortizar 20% com IGP-DI mais 6%.

Acreditamos que essa proposta não confronta com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Já que retroagiu para prejudicar, então, por que não retroagir para restabelecer aqueles juros de 6%?

**O SR. DONATO** – Sr. Secretário, a questão do funcionalismo me parece grave. É evidente que existiram categorias que tiveram reajuste. E pelo demonstrativo que o senhor

apresentou, o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 60% e estamos em 33%. Não queremos comprometer a saúde financeira do Município, mas uma vez que você deixa grande parte do funcionalismo sem reajuste está comprometendo a natureza do serviço público.

Não existe nenhuma intenção de uma política de recuperação de perdas dos setores que não foram contemplados, porque me parece que, pelo menos, 50% do funcionalismo foi contemplado com reajuste, basicamente saúde, educação e guarda civil, alguns setores. Mas a grande maioria do funcionalismo não foi contemplada.

O senhor poderia dizer qual a política salarial que se pretende implantar este ano?

**O SR. SECRETÁRIO** – A política salarial não é de reajuste geral ao funcionalismo em si, mas de reestruturação das diversas carreiras, como tem ocorrido desde 2005. Temos concedido nas diversas categorias de servidores reajustes salariais, recompondo e reestruturando carreiras, seja mexendo no salário básico ou em gratificações, e tudo aprovado aqui nesta Casa. Todo o funcionalismo da Prefeitura teve aumento salarial no período de 2005 até 2012.

Não houve reajuste geral, a todos. Os recursos disponibilizados foram aplicados na reestruturação das diversas carreiras.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – Há um projeto tramitando na Casa para, novamente, conceder 0,01% de reajuste. Quando entrei aqui, em 2005, o Orçamento da Cidade era de 15 bilhões. Estamos falando agora em 38 bilhões, mas não vai atingir esse valor, pois está superestimado.

Quer dizer, em oito anos, mais do que dobrou o orçamento da Cidade, e não se fez justiça aos salários dos funcionários públicos. Algumas categorias como saúde, educação, tiveram melhoras, mas o funcionalismo de forma geral não obteve benefício, não teve atualização do seu salário em relação à inflação do País.

Deveria haver uma vontade do Executivo nesse sentido, para que os funcionários públicos não percam o poder de ter uma vida digna. E acho que está nas mãos do Executivo



fazer essa correção. Da mesma forma, em relação à nossa dívida, não há nenhuma ferramenta, possibilidade jurídica. Moratória não dá porque deixamos de receber o repasse federal. Mas não há o que dê para fazer? Porque é uma vergonha estarmos pagando tudo o que estamos observando. E a população paulistana talvez não saiba disso, então, fazer um movimento na Imprensa para cobrarmos o Governo Federal, pois se tínhamos uma taxa menor e, devido a um descumprimento num determinado momento, aumentou essa taxa, temos de fazer pressão, por meio da população, pois quem paga a conta é ela.

Temos de mudar isso, não pode continuar da forma que está. É preciso ter um Prefeito combativo, não um Prefeito que está preocupado em transformar um novo partido no seu futuro político. Realmente é preciso ter um compromisso para que melhorassem as condições de relação com a União.

**O SR. SECRETÁRIO** – É importante informar que o Prefeito tem sido extremamente combativo junto ao Governo Federal na apresentação e na discussão em relação à negociação dessa dívida. Por diversas vezes ele esteve conversando com a Sra. Dilma, com o Ministro Mantega e com o Secretário do Tesouro Nacional no sentido de sensibilizá-los para a renegociação dessa dívida. Ele tem lutado para que isso, de fato, venha a ocorrer.

É algo que não beneficiará a sua administração, mas beneficiará administrações futuras, porque mesmo que a nossa proposta seja acatada dificilmente ela se concretizará nesta administração. Apesar disso, o esforço e a dedicação dele junto ao Governo Federal tem sido muito intensa para renegociar e conseguir disponibilidade de recursos para a Prefeitura faça investimentos.

É um crescimento real da ordem de 85%, já descontada, logicamente, a inflação. Isso se reflete ou isso é a consequência de quê? Dos reajustes salariais que foram feitos pelas diversas categorias. Não é intenção do Governo dar reajuste geral e sim reajustes específicos nas diversas categorias - que, por vezes, por muitas vezes, ultrapassaram a variação da

inflação nesse mesmo período.

**O SR. ADILSON AMADEU** - Secretário, só para eu também ir buscando - estou desde 2005, quando aqui cheguei. O senhor esteve no Governo Serra, na Prefeitura. Depois, o senhor foi para o Governo do Estado. Agora, o senhor voltou para o Governo Municipal. Tenho três perguntinhas só, se o senhor puder ir me respondendo.

O que avançou da dívida e o que o senhor conseguiu resolver aí para São Paulo?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** - Da dívida do Município?

**P** – Sim.

**R** - A dívida do Município depende do Governo Federal.

**P** - Não, do tempo, desde que o senhor chegou, o senhor foi e voltou, o que isso avançou?

**R** - Não, veja bem, quem tem de avançar é o Governo Federal. Não depende... O Município não pode simplesmente deixar de pagar a dívida. O Município faz propostas de renegociação. As propostas foram feitas em 2005, não foram aceitas pelo Governo Federal. Retomamos esse processo junto, agora, ao retorno à Prefeitura, de tal maneira que possamos construir algo que, de fato, permita que o Município entre numa situação hoje de solvência, porque a dívida é insolvente.

**P** - Impagável, não é? Já escutei isso aqui, que é impagável.

**R** - Impagável. Agora, não depende apenas do Secretário de Finanças ou do Prefeito. É uma dívida contratada com o Governo Federal, que depende de o Governo Federal aceitar ou não as propostas apresentadas ou fazer uma terceira proposta que, de fato, permita que a dívida entre numa trajetória que possibilite o seu pagamento, sem comprometimento da despesa de Educação, de Saúde e de Assistência Social do Município.

**P** - Muito bem.

Agora, fugindo um pouco, mas até para que o senhor, que o senhor deve saber, há aqui notícia do *Jornal da Tarde*: *Kassab paga 605 milhões por consultoria e projeto*. Com 605

milhões ajudaria alguma coisa na sua Secretaria?

**R** - Olha, eu não posso, agora, informar onde que esses recursos foram aplicados.

**P** - Consultorias de projetos que não saíram do papel.

**R** - Grande parte das operações urbanas, antes de se iniciar uma operação urbana, logicamente se contrata uma consultoria para poder estruturá-la. Essas operações urbanas já geraram recursos da ordem de mais de 2 bilhões de reais à Prefeitura. Isso significa investimentos que são feitos na cidade. Então, para a elaboração de projetos, é importante que se contratem empresas especializadas na sua elaboração.

Ter projeto não significa que você vai ter os recursos necessários à sua consecução. Porém, jamais se conseguirão esses recursos se não houver um banco de projetos. Então, é importante que se tenha projetos para poder fazer o processo de captação de recursos. Assim, há um primeiro momento em que se fazem os projetos; há um segundo momento em que se faz a captação dos recursos para a consecução desse projeto. Jamais se conseguirá, por exemplo, recurso do Governo Federal ou recurso oriundo de operação de crédito, qualquer que seja o recurso, se não houver um projeto a ser apresentado. Os projetos são contratados por intermédio de consultorias que os elaboram na área de engenharia, na área de arquitetura e na área de concepção de empreendimentos que são feitos pela Prefeitura.

**P** - Muito bem.

O senhor falou a respeito de aumentos. Há segmentos aí do funcionalismo público que não têm aumento há 10 anos. Aliás, quando o senhor estava falando, havia funcionários aí que estavam fazendo assim (gesticulando), enquanto o senhor falava. É que a população tinha de vir mais aqui, tinha de ir à rua mesmo, perguntar para o Prefeito o que está acontecendo.

Por exemplo, o segmento da Saúde, o da Educação e a GCM foram contemplados. Os AGPPs não foram. O senhor sabe por que há 10 anos não têm aumento?

**R** - Olha, veja bem, a gratificação dos AGPPs foi alterada.

**O SR. ADILSON AMADEU** - Então, uma explicação para eles, porque eles estão aqui sentados na cativa, fila F, 28, 29, 30, 42, 51, 52, 54.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** - Olha, depois, eu posso encaminhar aqui a esta Comissão todos os reajustes salariais que foram feitos nas diversas categorias, qual era o salário inicial, qual o salário final, em relação ao funcionalismo - e foram projetos aprovados aqui por esta Casa e que concederam reajuste a todas as categorias de funcionários. Se olharmos o salário que recebem hoje há reajustes salariais expressivos em todas as categorias.

**O SR. DONATO** – Secretário, sei que um trimestre não deve dar todos os indicativos para as projeções, mas deve permitir uma ideia, o senhor estima em quanto o fechamento da receita este ano?

**R** – Acredito que chegue a uns 35 bilhões de reais.

**P** – Três bilhões abaixo do que foi aprovado nesta Casa. Hoje temos por volta de 7,6 bilhões em caixa. É isso?

**R** – Em 31 de abril 7,5 bilhões aproximadamente.

**P** – E o senhor estima terminar o ano com quanto em caixa?

**R** – Normalmente a gente termina o ano com os recursos provenientes para pagamento de restos a pagar, e os recursos oriundos de vinculações legais ou constitucionais. Só para ter uma ideia, desses 7,5 bilhões; 3,6 bilhões são recursos do tesouro. A diferença, ou seja, 4 bilhões de reais são recursos vinculados. São recursos do Governo Federal para aplicação na Saúde; recursos do Governo Federal para aplicação na Educação, por exemplo, ou recurso oriundo das operações urbanas. Então se você pega 3,6 bilhões desses 7,5 bilhões aproximadamente, 3,6 bilhões são recursos do tesouro municipal. Qual é a destinação desses recursos? Temos ainda em torno de 190 milhões de reais, aproximadamente 200 milhões de reais para pagamento de restos a pagar e temos ainda 5,5 bilhões de reais para pagamento de empenhos não realizados.

Ou seja, a disponibilidade de caixa de recursos do tesouro, se contarmos os ingressos previstos de maio em diante, é suficiente para pagamento dos compromissos que serão estabelecidos até o final do exercício e manter dinheiro em caixa para pagamento dos restos a pagar. Para ter uma ideia só de restos a pagar, tivemos de 2011 para 2012, algo em torno de 2 bilhões de reais, que são aqueles compromissos que estão sendo executados ao longo do exercício, os que são empenhados e serão pagos no exercício seguinte.

**P** – Uma última pergunta, a atual gestão já transferiu 975 milhões para o Metrô. Segundo um Diretor do Metrô que esteve aqui, o Metrô não gastou nem 500. Há a promessa de transferir mais 1 bilhão para o Metrô, mas se ele não gastou vamos apenas trocar o dinheiro do bolso esquerdo para o bolso direito. O dinheiro vai continuar parado. E se é para ficar parado não é melhor ficar com a Prefeitura de São Paulo, rendendo para a Cidade?

**R** – Rende também para a Cidade no momento em que os recursos do Metrô são aplicados aqui. Quem mais se beneficia são os moradores da cidade de São Paulo.

**P** – Se forem aplicados, mas estão aplicados num ritmo lento.

**R** – Metrô é assim mesmo, não tem um ritmo que todos nós gostaríamos que tivesse, porque são obras extremamente complexas, em que estão cavando debaixo da terra e por vezes tem de parar aquele processo de escavação, por problemas em relação a eventos não previstos anteriormente. Então o metrô é caro e é lenta a sua consecução. Um quilômetro de metrô custa algo em torno de 450 milhões de reais, ou seja...

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Está superfaturado aqui no Brasil.

**R** – Quando falo 450 milhões refiro-me ao túnel, aos equipamentos todos e o trem. Se pegarmos uma linha completa, construída com os trens, com os sistemas todos implantados e dividir pela quantidade de quilômetros que tem aquela linha, os custo da sua implantação efetiva é algo em torno de 450 milhões de reais. É caro, por isso que o Metrô não pode ser construído só com o recurso do Governo do Estado ou do Município. Não existe Metrô no mundo que não seja construído com recursos do governo nacional. Não existe, a não ser aqui

no Município de São Paulo.

**P** – Mas tem financiamentos bem atrativos.

**R** – Os financiamentos que são dados ao privado são muito mais generosos do que os dados, por exemplo, ao Estado para poder financiar, porque está financiando o privado e investimento com 4% de taxa de juros.

**P** – O Metrô tem requisitado esses recursos? Parece que não. Acho que o Metrô não requisitou recursos federais, requisitou só para a linha do monotrilho.

**R** – Não requisitou, o problema é que o Governo Federal, infelizmente... E não é desse Governo, não estou falando exatamente porque não quero entrar na discussão política.

**P** – É melhor.

**R** – Estou dizendo que é uma falha do Governo Federal, deste Governo, do anterior e dos anteriores, de não ajudar o Estado e o Município na execução do Metrô. Falam que o México tem não sei quantos quilômetros de Metrô, Paris tem não sei quantos. Sim, todos feitos com a ajuda do Governo Federal. Aqui não existe ajuda do Governo Federal para a construção do Metrô. Dizer que autorizou o BNDS a fazer uma linha, e daí, qual o problema? É um reforço que você vai ter de pagar, uma operação de crédito, não é um dinheiro de fundo perdido. Estou falando de governos nacionais que ajudaram as capitais e outros municípios.

**P** – A estrutura federativa também é diferente. Essa discussão é interminável.

**R** – É impossível o Município e o Governo do Estado gerarem recurso suficiente para poder fazer o Metrô na velocidade que deveria ser feito. É impossível porque não tem recurso suficiente.

**P** – Mas quando tem não executa. Minha pergunta é o contrário dessa, por que tendo o recurso não executa?

**R** – Tem de fazer executar.

**P** – Pois é, se a Prefeitura está com o recurso tem de cobrar um cronograma.

**R** – Claro. E o Vereador colocou bem, ao invés de ficar 1,5 bilhão parado no Metrô,

é melhor ficar empenhado nos cofres municipais porque rende mal e mal 7,5 milhões por mês. Então é melhor ficar o bolo aumentando na Prefeitura ao invés de ficar no Estado. Veja bem, esse recurso rendendo aqui ou rendendo lá, ele vai ser aplicado no Metrô. Vai ser aplicado então 1,7 bilhão de investimentos no Metrô.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Aumenta a participação da Prefeitura no quadro societário do Metrô. Então é melhor.

**R** – Hoje a Prefeitura já é a maior acionista minoritária do Metrô, e como tal já está indicando membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal do Metrô.

**P** – Qual é a participação?

**R** – Em torno de 10%. A Prefeitura já aplicou 1 bilhão de reais e não 975, porque considera a desapropriação que foi feita de 25 milhões de reais para o Metrô como aporte, nessa operação. Então já tem 1 bilhão de reais e a expectativa é que possa fazer mais 1 bilhão. Ter um cronograma em relação à aplicação de recursos é muito bom, porque permite, inclusive, que se possa exercer uma fiscalização em relação a sua aplicação. Agora, os recursos que estão lá, mesmo aqueles que não foram totalmente aplicados, serão aplicados e os rendimentos auferidos serão revertidos em investimentos no próprio Metrô.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Secretário, no ano passado verificamos as fraudes das outorgas onerosas. Criamos uma subcomissão, pedimos informação para o Executivo, convidamos diversos servidores municipais, mas não veio nenhum. Está aí o escândalo que saiu nos jornais de ontem, de hoje novamente. Estamos tentando trazer alguns Secretários, não temos dificuldade. Mas observamos na ocasião – e acho que não recebi informação ainda da Secretaria de Finanças sobre o processo – que havia uma falha. Se há uma outorga onerosa sobre a qual não se tem controle nenhum, quem é o responsável? A Secretaria de Finanças, que é quem administra o caixa, e a Secretaria da Habitação. Vocês já conseguiram corrigir essa deficiência que havia? A Secretaria de Finanças...

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** - Qual era o problema que existia

na época? Na verdade, eram guias falsas. As pessoas recebiam as guias para efetuar o pagamento...

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Com todo o respeito, Secretário,... Com todo o respeito, não havia controle nenhum. Porque se eu controlo uma conta de 100 mil metros quadrados e ela vai diminuindo, automaticamente tem de subir o meu caixa relativo a essa rubrica. Assim, as guias falsas seriam pegas na hora. Como não houve esse controle, aconteceu essa fraude, e creio que não é de 70 milhões, deve ser coisa maior. Estamos tentando pegar essa linha. Está difícil, mas vamos conseguir chegar lá. Já está acontecendo alguma coisa.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** - O que acontecia? As guias eram emitidas pela Secretaria de Habitação. Essas guias eram entregues ao contribuinte para que fizessem o recolhimento, e algumas delas possuíam autenticação falsa pelos bancos. Ele retornava com essa guia à Secretaria de Habitação; a Secretaria de Habitação verificava visualmente que aquela guia estava com o registro do banco e considerava aquele valor pago, sem checar com a Secretaria de Finanças se aquele valor tinha de fato ingressado no caixa da Prefeitura. Qual era a falha? A falha era não verificar se aquele valor tinha, de fato, entrado no caixa da Secretaria de Finanças; era acreditar nas pessoas, confiando em que aquilo que tinha sido apresentado correspondia ao documento.

O que fizemos então? Burocratizamos. Agora, não basta o indivíduo entregar a guia; é preciso que ele espere que essa guia seja processada pelo banco e pela Prodam para que ela possa de fato ser considerada paga. Agora, esse é o processo. Só depois de ela ser processada pelo banco, processada pela Prodam e disponibilizada no sistema de informação é que ele pode, efetivamente, dar andamento ao processo.

Isso demora? Demora. Retardou-se o processo em aproximadamente 15 dias. Mas é a forma para se evitar esse tipo de fraude. As burocracias são criadas dessa forma e para este fim: para evitarmos que alguém burle o sistema. Não acreditamos mais no cidadão quando



ele apresenta a guia autenticada pelo banco: precisamos, agora, de todas essas informações.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – E a Secretaria fez o levantamento de todos os processos para ver se todos os processos realmente conferiam? Para ver se realmente entrou dinheiro nos cofres públicos? É isso o que gostaríamos de fazer, que percebi que o Executivo dificultou e não nos deixou trabalhar nesta Comissão. Parece, inclusive, que ontem partiu do Prefeito a iniciativa de fazer a fiscalização ao funcionário público. Estamos tentando, aqui, criar uma CPI que poderia fazer uma fiscalização muito maior, mas observo que o Executivo mandou esvaziar a Comissão no dia de hoje para que não aprovássemos alguns requerimentos em relação, inclusive, à denúncia anônima, que gostaríamos de conhecer. Porque não sabemos que denúncia é essa, não é, Vereador Donato?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Essa questão foi investigada pela Corregedoria do Município e também pelo Ministério Público. Creio que se houver uma solicitação de informações junto à Prefeitura e à Corregedoria, vocês terão todas essas respostas.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Já fiz essa solicitação ao Subsecretário do Tesouro, mas até hoje não obtive resposta.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Então, preciso verificar.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Por favor, eu gostaria de receber a documentação. Eu gostaria de avaliar os 15 mil processos de outorga onerosa desta cidade, pois não tenho dúvidas de que, se apurados esses 15 mil, vamos encontrar coisa errada. Está nos jornais de ontem e de hoje o absurdo que são os projetos da cidade de São Paulo. Precisamos verificar isso e trazer de volta os recursos para os cofres municipais. Quem sabe isso não ajuda a pagar a dívida do Município?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Qualquer ajuda é muito bem-vinda. Inclusive essas operações, no ano passado, geraram um crescimento significativo das receitas provenientes do Fundurb, dessas outorgas onerosas. Para vocês terem uma ideia, no

ano passado foram arrecadados mais de 200 milhões de reais de recurso do Fundurb por conta dessa operação de identificação e de correção desse tipo de fraude que vinha ocorrendo em relação às guias falsas.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Quando se deixa a Câmara Municipal trabalhar, ela traz resultado. O senhor era Secretário quando fizemos, aqui, a CPI do ISS. O Vereador Adilson Amadeu era o Presidente. Nós trouxemos arrecadação para cá. Na época da instalação da CPI, os bancos aumentaram a arrecadação aos cofres municipais em 30%, voluntariamente; hoje são trazidos 500 milhões a mais todos os anos. Isso significa que quando se deixa a Câmara Municipal trabalhar, ela traz benefícios.

Outro exemplo: a CPI do IPTU. O senhor era Secretário. Havia processos de anistia, e mais de 3 milhões e 200 mil metros quadrados não estavam lançados na base do IPTU da cidade de São Paulo. Trouxemos mais de 1 bilhão de arrecadação para a cidade de São Paulo.

Então, deixem a Câmara Municipal trabalhar, que a gente traz os recursos. Não tenho dúvidas de que, se fizéssemos a lição de casa e tivéssemos uma gestão empresarial, o orçamento da cidade de São Paulo não seria de 38 bilhões, mas de 50 bilhões. Assim, poderíamos fazer todo o trabalho necessário nos gargalos que temos na Cidade e atender a reivindicação dos funcionários públicos, cuja situação é realmente uma vergonha. Inclusive, o Sr. Marcos me mandou uma reclamação, com a qual concordo plenamente, Secretário, porque é nesta situação que se encontram hoje os servidores municipais: após cinco anos de exercício na Prefeitura, como funcionário, o único aumento que ele teve foi de 90 reais, e através do quinquênio dele, que faz parte da lei. Ele veio da iniciativa privada, onde todo ano havia um reajuste pela inflação, de aproximadamente 5% ao ano, e na Prefeitura não acontece o mesmo. O que o servidor alega é que seria necessária, minimamente, a reposição da inflação. Em cinco anos, os funcionários tiveram uma perda de mais ou menos de 25% a 30%. Essa é a realidade. Se um servidor tem um filho na escola e paga 100 reais neste ano, no ano que vem

pagará 105 reais, 110 reais, aumento que também a Prefeitura pratica quando aumento seu IPTU em 7%, por exemplo. Por que, então, não fazemos justiça com os servidores municipais? Não entendo isso. Desde meu primeiro dia nesta Casa, questionei esse aumento dos funcionários públicos. Minha família sempre teve indústria, e, como ele disse, na iniciativa privada há a correção dos funcionários da empresa. Já na Prefeitura não acontece o mesmo. Trata-se de um descaso total com o funcionário público e traz, eu diria, um sucateamento do serviço que é prestado à população, porque não há estímulo, muitos funcionários vão embora. No entanto, muitos servidores apostaram nas suas carreiras no serviço público e estão impedidos, provavelmente, de mudar para outra área.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Pela ordem, Sr. Presidente, minha questão é relativa ao que foi perguntando ao Sr. Secretário, sobre os aumentos – que vinham como 0,01%. Como o senhor falou, eles têm o aumento em cima... É uma gratificação, não um aumento em cima do salário base, não é?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Ao longo desses oito anos, aproximadamente, houve várias reestruturações de carreiras que envolveram reajustes de salário base e criação de gratificações ou mesmo aumento de percentual de gratificações já existentes, além de incorporação de gratificações para fins de aposentadoria. Então, houve, em diversas categorias profissionais, reestruturações efetuadas dessa maneira.

Comprometo-me a encaminhar à Comissão todas as reestruturações que foram feitas nas diversas categorias e quanto isso representou de fato na remuneração dessas categorias. Temos de admitir que a política salarial da Prefeitura não é de reajustes gerais, mas sim de reestruturação das diversas carreiras existentes na Prefeitura. Tanto que, em 2004, gastava-se 33% com funcionalismo e continua se gastando 33%, ou seja, o orçamento era de 14 e agora é de 35 e continua se gastando 33%. Portanto, cresceu o orçamento e logicamente também cresceram as despesas de pessoal oriundas exatamente desses projetos que foram apresentados e aperfeiçoados por esta Casa.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sem dúvida. Nada contra nenhum Secretário, mas imaginem a indignação do funcionário público. O Sr. Secretário recebendo um aumento de 250% e o funcionário, com o aumento que teve, não consegue nem tomar um pingado de manhã, na hora do almoço ou à noite. A indignação é muito grande, mas não é culpa do senhor. Muito pelo contrário, isso vem planejado do Executivo e isso passa facilmente com 38 ou 39 votos. O Voto Consciente tem acompanhado isso, não é, Sra. Sonia?

Se o senhor puder, nos mande esse material, porque quero deixá-lo à disposição da Comissão e também dos funcionários do Tribunal de Contas, porque é importante que eles analisem bem para tentarem mudar tudo o que acontece na Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – O Sr. Secretário quer fazer mais alguma consideração?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Quero agradecer pela oportunidade de estar hoje aqui apresentando as contas do primeiro quadrimestre da Prefeitura. Coloco-me à disposição para, sempre que convidado, comparecer a esta Casa, porque considero isso de extrema importância para a democracia, em especial este ano, quando vamos votar um orçamento tão importante que será executado pelo próximo Prefeito. Então, temos uma responsabilidade adicional em relação à definição de prioridades para o próximo ano.

Em nome do Prefeito, agradeço a todos a ajuda que foi dada em prol do aperfeiçoamento com a apresentação de inúmeros projetos que foram aprovados por esta Casa que nos permitiram alavancar, significativamente, as receitas da Prefeitura e com isso ampliar os benefícios ao cidadão e ao funcionalismo público municipal. Viemos de uma execução orçamentária da ordem de 15 bilhões de reais em 2004 e ano passado executamos algo em torno de 32 bilhões de reais. Isso só foi possível por conta dos projetos que aprovamos nesta Casa, que melhoraram significativamente a eficiência da administração tributária, ampliando significativamente o ISS, o IPTU e o ITBI sem qualquer aumento de

alíquota de tributos ou mesmo criação de novos tributos.

Trabalhamos no sentido de fechar brechas que existiam na legislação, que permitiam que pessoas deixassem de recolher os seus tributos e cumprissem com suas obrigações tributárias. Isso possibilitou o aumento significativo dos recursos aplicados na educação, na saúde, na assistência social, na limpeza, na zeladoria, etc. Hoje, ampliamos significativamente esses gastos e só temos a agradecer aos Srs. Vereadores pelos projetos apresentados e pelo aperfeiçoamento dos projetos, que também tiveram iniciativa no Executivo, o que nos permitiu alcançar esse nível de orçamento.

Ainda temos desafios à frente. A questão da renegociação da dívida com o Governo Federal é importantíssima. Não é para esta Administração, é para as futuras, é para a cidade de São Paulo, mas para isso é preciso que haja a mobilização dos Srs. Vereadores, porque, se a Câmara não estiver mobilizada para isto, nas pressões ao Governo Federal, será muito difícil que isso venha a se concretizar. O pedido, então, é de união de esforços, para que juntos possamos resolver os problemas da Cidade.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)** – Muito obrigado pela presença, Secretário.

Está encerrada a audiência pública relativa à livre responsabilidade.